

**ORIGINAL**



MUNICIPIO DE BRAGANÇA  
CÂMARA MUNICIPAL

**CONCURSO PÚBLICO**  
**Processo 21/2020 – CP – DLM**

“Aquisição de serviços de fiscalização para a empreitada:  
Museu da Língua Portuguesa”

**Outubro 2020**

**PROGRAMA DE CONCURSO**



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA  
CÂMARA MUNICIPAL

**ÍNDICE**

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO
2. ENTIDADE ADJUDICANTE
3. DECISÃO DE CONTRATAR
4. REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A ADMISSÃO DOS CONCORRENTES
5. CONSULTA E DISPONIBILIZAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO
6. ESCLARECIMENTO E RECTIFICAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO
7. ERROS E OMISSÕES DO CADERNO DE ENCARGOS
8. PROPOSTAS VARIANTES
9. PREÇO BASE E PRAZOS
10. PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS
11. DOCUMENTOS E ELEMENTOS QUE AS PROPOSTAS DEVEM CONTER
12. PRAZO E MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS
13. CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO
14. ANÁLISE DAS PROPOSTAS
15. AUDIÊNCIA PRÉVIA
16. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
17. CAUÇÃO
18. PAGAMENTO
19. CELEBRAÇÃO DO CONTRATO
20. CONSULTA DA LISTA DOS CANDIDATOS E CONSULTA DAS PROPOSTAS APRESENTADAS
21. NOVOS SERVIÇOS
22. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL
23. ENCARGOS DOS CONCORRENTES
24. SEGUROS

ANEXOS



MUNICIPIO DE BRAGANÇA  
CÂMARA MUNICIPAL

**1. Identificação do concurso**

1.1. O concurso tem por objecto a adjudicação de uma proposta para a “Aquisição de serviços de fiscalização para a empreitada: “Museu da Língua Portuguesa”, nos termos do presente programa e anexos, caderno de encargos e respetivas cláusulas técnicas.

1.2. O presente procedimento rege-se pelo Código dos Contratos Públicos aprovado pelo D.L. n.º18/2008, de 29 de Janeiro alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto. O procedimento de concurso público com publicação em diário da república foi adoptado, nos termos e de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos.

**2. Entidade adjudicante**

2.1. A entidade adjudicante é o Município de Bragança, sito No Forte de São João de Deus, 5300 – 263 - Bragança, com o telefone n.º 273304275, e-mail joao.rodrigues@cm-braganca.pt.

**3. Decisão de contratação**

3.1 A decisão de contratar deverá ser tomada pelo Exmo Sr. Presidente

**4. Requisitos necessários para a admissão dos concorrentes**

4.1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou colectiva, que participa neste procedimento mediante a apresentação de uma proposta.

4.2. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou colectivas, qualquer que seja a actividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

4.3. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante o Município de Bragança, pela manutenção da proposta.

4.4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio.

4.5. Deverão afetar a esta prestação de serviços, técnicos com experiência na actividade de fiscalização, controle, planeamento e coordenação de segurança em fase de obra e na direção de obras em geral e de edifícios em específico.

4.6. Estão impedidos de participar neste concurso, os concorrentes que se encontrem em alguma das situações previstas no art.º 55.º do Código dos Contratos Públicos.

**5. Consulta e disponibilização das peças do procedimento**

5.1. O processo do concurso para a “Aquisição de serviços de fiscalização para a empreitada: Museu da Língua Portuguesa” encontra-se patente na Secção Administrativa da Divisão de Logística e



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA  
CÂMARA MUNICIPAL

Mobilidade da Câmara Municipal de Bragança, sita no Edifício dos paços do Concelho, Forte São João de Deus, onde pode ser examinado, das 9:00H às 12:30H e das 14:00H às 17:30H, desde o dia da publicação do anúncio, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

5.2. As peças do procedimento estão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov acessível através do sítio eletrónico [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), disponibilizada pela empresa ACIN - Icloud Solutions, Lda..

5.3. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e download das peças de procedimento. O Interessado apenas necessitará de possuir selos temporais e certificado de assinatura eletrónica qualificada aquando da submissão de uma comunicação ou submissão de proposta na plataforma. Para ter acesso à plataforma da ACIN, deverá efetuar os seguintes passos: Caso não esteja inscrito deverá aceder a "[www.acingov.pt](http://www.acingov.pt)", seleccione "Aderir" e preencha os dados da empresa e do utilizador associado. Assinale a opção "Li e aceito as Condições Gerais de Adesão". Ao formalizar a pré-inscrição receberá os e-mails necessários ao acesso à plataforma Acingov, no entanto só consegue consultar as peças do procedimento após validados pela empresa ACIN - Icloud Solutions, Lda., os documentos de adesão da sua empresa, devidamente assinados pelos representantes legais. Mais informações através do número 707 451 451.

5.4. Caso já tenha o seu processo de adesão aprovado, bastará consultar o seu procedimento em "convites", acedendo ao pretendido. As peças concursais estarão disponíveis ao fundo da página, bem como no menu "Pedidos" poderá consultar as comunicações entre as entidades envolvidas.

## **6. Esclarecimentos e rectificação das peças do procedimento**

6.1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças de procedimento devem ser solicitados, por escrito no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, à entidade adjudicante, através da plataforma eletrónica de contratação pública, no menu "Pedidos", funcionalidade de "Pedidos de Esclarecimento/Retificação" utilizando a opção "Criar pedido".

6.2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados, por escrito, através da plataforma eletrónica de contratação pública, na funcionalidade de "Pedidos de Esclarecimento/Retificação", nos termos estipulados no artigo 50º do CCP.

6.3. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do júri, nos termos da alínea a) do n.º 5, do artigo 50.º, do CCP.

## **7. Erros e omissões do Caderno de Encargos**

7.1. Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados devem apresentar à entidade adjudicante, através da plataforma AcinGov no menu



MUNICIPIO DE BRAGANÇA  
CÂMARA MUNICIPAL

“Pedidos”, na funcionalidade “Lista de Erros e Omissões do Caderno de Encargos” utilizando a opção “Criar Pedido”, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos por eles detetados e que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade; ou
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar; ou
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o concorrente não considere exequíveis.

7.2. No mais, aplicar-se-ão, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 1 a 9 do artigo 50º do Código dos Contratos Públicos, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

7.3. A lista com a identificação dos erros e das omissões detetados, bem como a decisão prevista será junta às peças do presente procedimento e proceder-se-á à notificação de ambas a todos os interessados, através da plataforma eletrónica de contratação, na funcionalidade “Lista de Erros e Omissões do Caderno de Encargos”

## **8. Propostas variantes**

8.1. Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

## **9. Preço Base e Prazos de execução**

9.1. Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA.

9.2. O preço base do concurso para a presente aquisição de serviços é de 147.000,00€ (Cento e quarenta e sete mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal aplicável;

9.3. Na organização da sua proposta, o concorrente deverá ter em conta os seguintes pressupostos:

- a) O horário de trabalho em obra será de 40 horas semanais em regime normal, ou a que legalmente estiver estabelecida, para o contrato colectivo de construção civil.
- b) No caso de o empreiteiro vir a praticar outro horário ou, passar a trabalhar em regime de turnos ou trabalho extraordinário, não haverá lugar a remuneração suplementar do pessoal da Equipa de Fiscalização, tendo esta o dever de fiscalizar normalmente os trabalhos.

9.4. O preço proposto pelo adjudicatário para a aquisição de serviços em causa é entendido como um preço total.

9.5. O prazo de execução da empreitada é 18 meses acrescentando mais 2 meses para o encerramento total em termos técnicos, administrativos e financeiros da fiscalização, resulta assim o prazo total dos serviços de fiscalização de 20 meses (cerca de 600 dias). Para além desse prazo é obrigação dos serviços de fiscalização a assistência complementar ao Dono da Obra, nas seguintes



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA  
CÂMARA MUNICIPAL

situações: Vistorias para efeitos de receções provisórias e definitivas das obras, com produção dos respetivos relatórios e autos: nos termos do ponto II-4.6 do caderno de encargos.

9.6. O encerramento para lá do prazo indicado decorrerá sob responsabilidade da entidade adjudicatária da prestação de serviços, que deverá planear os trabalhos de modo a que o(s) empreiteiro(s) não se atrasem, salvo casos de força maior.

9.7. Às taxas mensais fixas aplicar-se-ão ao n.º de meses que efectivamente decorrem entre a consignação da prestação de serviços e a conclusão do contrato da empreitada, nos termos contratuais, devendo a faturação correspondente ser mensal.

9.8. A prestação de serviços ocorrerá no ato imediato à consignação.

9.9. O valor das taxas mensais e as taxas globais adiante referidas manter-se-ão fixas até à conclusão da empreitada, salvo a última factura que só será validada após encerramento do processo.

9.10. Juntamente com a proposta, onde constam os preços de fiscalização para cada uma das empreitadas, o concorrente apresentará, os valores das taxas globais e mensais fixas devidamente discriminadas como se segue:

Arquiteto(a) – A	€/ mês
Eng.º Civil - Coordenador da Fiscalização – B	€/ mês
Técnico Fiscal – C	€/ mês
Técnico superior de higiene e segurança no trabalho (coordenador da segurança) – D	€/ mês
Equipa Técnica de apoio - E	€/ mês
Meios Materiais – F	€/ mês
<hr/>	
Total Mensal Fixo	€/ mês
Valor global para a assistência complementar ao Dono da Obra - G	€/ mês

9.11. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.

9.12. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos;

9.13. Cálculo justificativo do preço da prestação de serviços para a fiscalização da empreitada, expresso da seguinte forma, tendo em conta o solicitado no ponto 9.10:

$$9.13.1. \text{ "Museu da Língua Portuguesa" } = [(A+B+C+D+E+F) * 20 \text{ meses} + G]$$

NOTA: A constituição da equipa do pessoal do Adjudicatário para a fiscalização da empreitada, será a que melhor se adapte às necessidades e desenvolvimento das ações previstas no Caderno de



MUNICIPIO DE BRAGANÇA  
CÂMARA MUNICIPAL

Encargos, integrando as categorias e classes profissionais necessárias, devendo no mínimo, ter a seguinte composição:

- a) Arquiteto(a) (Chefe Coordenador da Fiscalização): Um
- b) Engenheiro Civil (Chefe Coordenador da Fiscalização): Um;
- c) Fiscal (Encarregado): Um;
- d) Técnico superior de higiene e segurança no trabalho (Coordenador da segurança): Um.

Alerta-se que o Engenheiro Civil (Chefe Coordenador da Fiscalização) não poderá desempenhar funções de Técnico superior de higiene e segurança no trabalho (Coordenador da segurança), no entanto não é obrigatório que este último seja Eng.º Civil

#### **10. Prazo de resposta e modo de apresentação das propostas**

10.1. As propostas e os documentos que as acompanham devem ser apresentados até às 17h30m do 10º dia de calendário, a contar do dia seguinte à disponibilização do procedimento na plataforma, sob pena de exclusão;

10.2. O disposto no número anterior não prejudica a eventual suspensão do prazo de apresentação das propostas, bem como a sua prorrogação nas condições previstas no artigo 64.º do CCP.

10.3. A apresentação da proposta e dos documentos que a acompanham deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica, devendo cumprir o disposto nos pontos seguintes.

10.4. A entrega da proposta do presente concurso será efetuada através plataforma de contratação pública acessível no sítio eletrónico [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt), disponibilizada pela empresa ACIN Icloud Solutions, Lda.

10.5. A proposta deverá ser carregada e submetida de acordo com o manual de elaboração de proposta, constante da opção “Manuais e documentação de Apoio”, no menu principal “Ajuda”.

NOTA IMPORTANTE: Todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica pelos concorrentes deverão ser assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei 96/2015, de 17 de agosto. De acordo com o Artigo 68º da mesma lei, os mesmos devem ser assinados antes do respetivo carregamento na plataforma eletrónica Acingov.

#### **11. Documentos e elementos que as propostas devem conter**

11.1. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada nos moldes previstos na alínea a) do nº 1 do artigo 57º do CCP, cuja minuta se junta no anexo I do presente Programa.

11.2. Documentos que, em função do objecto do contrato a celebrar e dos aspectos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, nomeadamente:



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA  
CÂMARA MUNICIPAL

a) Proposta de preço, indicativa do preço global conforme modelo previsto no anexo III do presente Programa. Todos os preços deverão ser apresentados em Euros, não incluindo IVA, sendo mencionada expressamente a sua não inclusão e que aos preços acresce aquele imposto à taxa legal em vigor. No caso de existir divergência entre o preço indicado por extenso e o descrito por algarismos prevalecerá sempre o preço indicado por extenso. O valor do IVA deve ser indicado à parte, nos mesmos termos que o preço total. No caso de este não ser mencionado entende-se que o preço indicado não inclui este imposto.

b) Documento referente ao prazo de execução e ao preço total, incluindo nesse documento a tabela explanada em 9.10 e a fórmula descrita em 9.13, deste programa de concurso.

11.3. Documentos exigidos pelo programa do procedimento que contenham os termos ou condições, relativos a aspetos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule, nomeadamente:

a) Documentos referentes à proposta técnica, em conformidade com o ponto **II-4- Requisitos da Equipa Técnica constante no caderno de Encargos**, contendo a metodologia e programa de desenvolvimento dos serviços a prestar e organograma funcional da equipa técnica, com inequívoca definição das cadeias hierárquicas, circuitos e procedimentos, incluindo:

- Constituição da equipa, período de mobilização, regime de ocupação, organização interna, funções e esquemas de integração;
- Funções a desempenhar por cada profissional chave destacado na equipa proposta.
- Lista nominal do pessoal indigitado para fazer parte da equipa, comprovativos de habilitações, de inscrições em associações profissionais, respetivos cargos e “Curriculum Vitae”, em conformidade com o ponto **II-4- Requisitos da Equipa Técnica**. Deverão afetar a esta prestação de serviços e demonstrar através do CV, técnicos com experiência na atividade de fiscalização, controle, planeamento e coordenação de segurança em fase de obra e na direção de obras em geral e de edifícios em específico.
- Listagem e descrição dos sistemas de suporte informático (hardware e software) a utilizar, que deverão ser compatíveis com as utilizadas pelo Município de Bragança, separando os de uso próprio e os a disponibilizar para a *Entidade Adjudicante*, nomeadamente no referente a:
  - ✓ sistemas e redes de informação;
  - ✓ constituição de bases de dados para tratamento gráfico e numérico;
  - ✓ compatibilidade dos sistemas;
  - ✓ garantia e segurança da informação.
- Cronograma dos meios materiais a utilizar (comunicações, equipamento de escritório incluindo os meios informáticos, equipamento de segurança, outro equipamento).
- Apresentação dos formatos e modelos de relatórios, fichas, quadros, esquemas e demais





MUNICIPIO DE BRAGANÇA  
CÂMARA MUNICIPAL

gráficos e documentos-tipo internos e de comunicação à *Entidade Adjudicante*, compatibilizando-os com as do Município de Bragança, nomeadamente sobre a situação dos trabalhos e de sugestão de medidas e atitudes a tomar.

b) Memórias descritivas com a metodologia de trabalho no que diz respeito à utilização de meios materiais e equipamentos.

c) Descrição da metodologia a utilizar no que diz respeito à assistência complementar definida nas cláusulas técnicas no ponto **II-4- Requisitos da Equipa Técnica** do caderno de encargos.

11.4. Quando os documentos não estiverem redigidos em língua portuguesa, serão acompanhados de tradução legalizada ou em relação à qual o concorrente declare aceitar a sua prevalência, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

11.5. Os documentos previstos nos números anteriores obedecem ao disposto nos n.ºs 1 e 3 a 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

11.6. Os concorrentes deverão assinar electronicamente todos os documentos que associarem à proposta.

NOTA IMPORTANTE: Todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica pelos concorrentes deverão ser assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei 96/2015, de 17 de agosto. De acordo com o Artigo 68º da mesma lei, os mesmos devem ser assinados antes do respetivo carregamento na plataforma eletrónica Acingov.

## **12. Prazo de manutenção das propostas**

12.1. Os concorrentes são obrigados a manter as respectivas propostas pelo prazo de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

## **13. Critérios de adjudicação**

14.1 A adjudicação será de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada pela seguinte modalidade:

- a) Avaliação do preço ou custo enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, alínea b) do n.º 1 do artigo 74 do CCP.

Pese embora o critério seja apenas o preço, todos os documentos solicitados no ponto 11 devem ser entregues, sob pena de exclusão.

## **14. Análise das propostas**

14.1. Após a análise das propostas será elaborado, pelo Júri, fundamentalmente um relatório preliminar no qual propõe a ordenação das mesmas.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA  
CÂMARA MUNICIPAL

14.2. No relatório preliminar, o Júri propõe também, a exclusão das propostas, nos termos do art.º 146.º do Código dos Contratos Públicos.

**15. Audiência prévia**

15.1. O relatório preliminar será enviado a todos os concorrentes, sendo fixado o prazo de 5 dias, para se pronunciarem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, nos termos do artigo 147.º do Código dos Contratos Públicos.

**16. Documentos de habilitação**

16.1. O adjudicatário deverá apresentar, através da plataforma electrónica de contratação pública Acingov, no prazo de 5 dias, sob pena da adjudicação caducar, reprodução dos seguintes documentos:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do Código dos Contratos Públicos e de acordo com o modelo previsto no anexo II do presente Programa;
- b) Documento comprovativo de que não foi condenado por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas colectivas, tenham sido condenadas por aqueles crimes os titulares dos órgãos sociais de administração, direcção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efectividade de funções;
- c) Documento comprovativo da regularização da situação contributiva para com a segurança social portuguesa emitido pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social ou, se for o caso, certificado equivalente emitido pela autoridade competente do Estado de que a empresa seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- d) Declaração comprovativa da situação tributária regularizada, emitida pela Repartição de Finanças do domicílio ou sede do contribuinte em Portugal, de acordo com o previsto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 236/95, de 13 de Setembro, e, se for o caso, certificado equivalente emitido pela autoridade competente do Estado de que a empresa seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- e) Documento comprovativo de não ter sido condenado por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou no caso de se tratar de pessoas colectivas, tenham sido condenados pelos mesmos crimes os titulares dos órgãos sociais de administração, direcção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efectividade de funções, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação:
  - i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;



MUNICIPIO DE BRAGANÇA  
CÂMARA MUNICIPAL

ii) Corrupção, na aceção os artigo 3.º do Acto do Conselho, de 26 de Maio de 1997, e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais.

16.2. Quando os documentos a que se referem as alíneas b), c), d) e e) no número anterior se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

16.3. A apresentação de documentos de habilitação por agrupamentos rege-se pelo disposto no art.º 84.º do Código dos Contratos Públicos.

## **17. Caução**

17.1. Não é exigida a prestação de caução pelo preço contratual ser inferior a 200.00,00€ conforme alínea a) do nº2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

17.2. No entanto, pode a entidade adjudicante proceder à retenção de 10% do valor dos pagamentos a efetuar.

## **18. Pagamento**

18.1. Os pagamentos ao Adjudicatário serão efectuados em mensalidades iguais, ao longo do prazo de execução das empreitadas, através da aplicação das taxas fixas mensais, constantes na proposta do Adjudicatário e referidas em **II-11.2 e II-12 do Caderno de encargos**, sem prejuízo do pagamento na altura devida das taxas constantes da parcela.

## **19. Celebração de contrato**

19.1. A minuta do contrato a celebrar é enviada, para aceitação, ao adjudicatário, considerando-se aceite quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos cinco dias subsequentes à respetiva notificação.

19.2. A outorga do contrato escrito tem lugar no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta.

19.3. A Câmara Municipal de Bragança comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de cinco dias, a data, a hora e o local em que ocorrerá a outorga do contrato.



MUNICIPIO DE BRAGANÇA  
CÂMARA MUNICIPAL

19.4. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e local, fixados para a outorga do contrato, bem como, no caso de o adjudicatário ser um agrupamento, se os seus membros não se tiverem associado na modalidade de consórcio.

19.5. Nos casos previstos no número anterior, o adjudicatário perde a caução prestada a favor da entidade adjudicante.

19.6. As despesas com a celebração do contrato são da conta do adjudicatário.

## **20. Consulta da lista dos candidatos e consulta das propostas apresentadas**

20.1. No dia útil seguinte ao termo do prazo para apresentação das candidaturas, será disponibilizada através da plataforma Acingov a lista dos candidatos que apresentaram proposta, bem como as propostas apresentadas pelos mesmos.

20.2. Os candidatos poderão consultar a lista referida no ponto anterior bem como as propostas apresentadas pelos concorrentes na sua área de trabalho depois de efectuarem o “Login” introduzindo o nome de utilizador e a palavra-chave.

a) Para efectuarem a consulta deverão aceder à área dos procedimentos “respondidos” e clicar sobre o concurso que pretendem visualizar, expandindo-o.

b) Os candidatos passarão então a ter acesso a dois separadores “Proposta” e “Lista de Concorrentes”, sendo visualizar no separador “Proposta”, a proposta que apresentaram e no separador “Lista de Concorrentes”, os concorrentes que apresentaram proposta ao concurso.

c) De seguida, deverão “clicar” sobre o separador “Lista de concorrentes” e vão poder visualizar a Lista dos concorrentes que apresentou proposta ao concurso. Ao “clicar” sobre cada proposta da Lista poderão ver os detalhes da proposta apresentada pelos concorrentes, nomeadamente, preços e documentos associados.

## **21. Novos serviços**

21.1. Nos termos e para os efeitos do disposto na subalínea iv) da alínea a) do n.º 1 do artigo 27.º do Código dos Contratos Públicos, desde já se indica a possibilidade de adopção de um procedimento de ajuste directo para a celebração de um futuro contrato de aquisição de novos serviços que consistam na repetição de serviços similares objecto do presente concurso público.

## **22. Legislação aplicável**

22.1. Em tudo o omissa no presente programa de concurso observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA  
CÂMARA MUNICIPAL

ORIGINAL

**23. Encargos dos Concorrentes**

23.1. São encargos dos concorrentes todas as despesas inerentes à elaboração da proposta, prestação da caução e celebração do contrato.

**24. Seguros**

24.1. O Adjudicatário obriga-se a subscrever, sem quaisquer encargos para a Entidade Adjudicante, as seguintes apólices de seguros, válidas até ao final da prestação de serviços:

- a) Acidentes de Trabalho, conforme legislação em vigor, para todo o pessoal da sua equipa envolvida na prestação de serviços à *Entidade Adjudicante*, incluindo subadjudicatários, tarefeiros, consultores ou quaisquer outros que venham a integrar aquela equipa, em qualquer altura, desde que autorizados pela *Entidade Adjudicante*.
- b) Responsabilidade Civil Automóvel, conforme legislação em vigor, mas com capital ilimitado, para as viaturas que venham a circular no local da Obra ao serviço do Adjudicatário.
- c) Responsabilidade Civil Profissional que:
  - garanta o pagamento das indemnizações devidas por danos patrimoniais e não patrimoniais em consequência de quaisquer falhas, erros ou omissões cometidas no exercício da sua actividade e que sejam causados a pessoas ou bens de terceiros;
  - garanta a responsabilidade civil legalmente imputável ao Segurado por erros ou omissões profissionais dos seus colaboradores ou empregados;
  - contemple a figuração como terceiro da *Entidade Adjudicante*;
  - tenha um capital seguro igual ao valor dos honorários, com o mínimo de €100.000,00;
  - contenha menção da Seguradora de que o mesmo não poderá ser anulado, modificado nem restringido nas suas condições sem o prévio e expresse acordo da *Entidade Adjudicante*.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA  
CÂMARA MUNICIPAL

**ANEXO I**

**Modelo de Declaração**

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)...firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) ...

b) ...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no nº1 do artigo 55º do código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA  
CÂMARA MUNICIPAL

**ANEXO II**

**Modelo de declaração**

[a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

2 - O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos nºs 4 e 5 do artigo 57º



MUNICIPIO DE BRAGANÇA  
CÂMARA MUNICIPAL

ORIGINAL

**ANEXO III**

**Modelo de Proposta**

PROPOSTA

\_\_\_\_\_ (indicar firma e sede, ou nome estado civil profissão e morada), depois de ter tomado conhecimento do objecto do concurso para “.....”, a que se refere o Anúncio de procedimento nº \_\_\_\_\_ publicado em Diário da Republica datado de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, obriga-se a fornecer os serviços objecto de concurso, pelo valor global de € \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (por extenso), que não inclui o imposto sobre valor acrescentado.

À quantia supra acrescerá imposto sobre valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete em tudo o que respeita à execução do seu contrato ao que se achar prescrito na legislação Portuguesa em vigor.

Data \_\_\_\_\_

Assinatura \_\_\_\_\_